

dívida externa

Malan nega que Brasil acompanhará a Rússia

Paula Cleto, Renata Veríssimo e

Patrícia Gomes *
 de Brasília

O governo brasileiro nunca considerou a possibilidade de declarar moratória ou dar calote de sua dívida externa, garantiu ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Não existe a menor possibilidade de o Brasil seguir a experiência russa, tomando decisões unilaterais sobre a moratória ou calote."

Malan preferiu não comentar a informação de que o economista-chefe do Deutsche Bank, David Folkert Landau, teria afirmado que o Brasil poderia repetir a medida tomada por Moscou. "Se ele realmente disse que o Brasil era um candidato a reeditar a experiência russa de dar um calote, é de uma enorme irresponsabilidade, principalmente porque se trata de uma pessoa que não conhece o Brasil", criticou. O banco alemão divulgou nota oficial esclarecendo que sua análise do cenário do Brasil é otimista, considerando a situação do País mais sólida do que a russa.

De acordo com o ministro, o governo tem total confiança em sua capacidade de superar as turbulências nos mercados mundiais sem precisar tomar medidas drásticas como essa. "Quem viveu as consequências da moratória de 86, em termos de risco para os investidores, sabe que esse tipo de atitude deve ser evitado", lembrou Malan. Ele admitiu que a moratória russa afeta o conjunto dos demais países emergentes em um primeiro momento. "Por enquanto, estamos tentando entender melhor a situação." Para Malan, apenas os analistas que generalizam as características das nações em desenvolvimento, sem diferenciar suas estruturas, é que continuariam a prever desfechos semelhantes para essas economias. "Uma pessoa que diz que está fadado a ocorrer no Brasil o que aconteceu na Rússia é alguém que não se deu ao trabalho de entender a Rússia e o Brasil", reafirmou. A preocupação de alguns analistas em tentar identificar qual país seria o próximo a apresentar crise grave foi classificada pelo ministro como "exercício estéril e pseudo-intelectual". Malan afirmou que esses profissionais deveriam se empenhar no

aprofundamento da discussão sobre as razões pelas quais países como Tailândia, Indonésia, Coreia e Rússia sucumbiram às turbulências.

O ministro também não acredita que haja razão para ocorrer um ataque especulativo contra o real. Ele classificou de "simplórias" as análises que relacionam o percentual de déficit público a uma crise financeira. "Se fosse assim, não teria havido ataque à Tailândia, à Indonésia e à Coreia, que não apresentavam déficit público expressivo, e teria contra a Grécia, por exemplo, que sustenta déficit fiscal entre 10% e 15% do PIB", afirmou Malan.

O mesmo se aplica ao déficit em conta corrente, explicou o ministro. "O nosso chegou a 4,2% no ano passado e atualmente está em 3,52% do PIB, no acumulado do ano, com mais de 60% financiados por investimentos diretos externos." Malan lembrou que o déficit em conta corrente do Brasil, ao situar-se abaixo de 4% do PIB, configura-se entre os mais baixos da América Latina.

Malan participa, na próxima semana, de reunião de ministros da Fazenda dos países da América Latina, em Washington, organizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para avaliação da crise financeira internacional. "A nossa participação numa reunião como essa é, em primeiro lugar, para expressar confiança na nossa capacidade de enfrentar as turbulências. Já demonstramos uma vez e temos condições de demonstrar, mais uma vez se for necessário, mas espero que não o seja", disse.

Segundo Malan, a conversa com o Fundo servirá para trocar idéias sobre a situação mundial. Ele acredita que a crise é de abrangência global e nada do contexto indica que os problemas sejam característicos do Brasil ou dos países da América Latina. Para Malan, a região deve reforçar suas qualidades para enfrentar turbulências e atrair investimentos. "Existe uma percepção que vem crescendo, de forma lenta e gradual, de que esta região tem vantagens e ativos", explicou. "É uma região desnuclearizada, desmilitarizada, sem conflitos étnicos importantes e com estabilidade política."

(* do InvestNews)